

PROJETO DE LEI Nº 009/2020.

**REGULAMENTA A POLÍTICA DE LOGÍSTICA
REVERSA NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU FAZ SABER QUE A CÂMARA DE
VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º. Ficam definidas as diretrizes para o aprimoramento, implementação e operacionalização da responsabilidade pós-consumo no Município de Biguaçu.

§ 1º. Embalagens em geral: significa as embalagens que compõe a fração seca dos resíduos sólidos urbanos ou equiparáveis, exceto aquelas classificadas como perigosas pela legislação brasileira, as quais podem ser compostas de:

- I - papel e papelão;
- II - plástico;
- III - alumínio;
- IV - aço;
- V - vidro;
- VI - embalagens cartonadas longa vida.

§ 2º. A logística reversa, conforme definida no inciso XII, do artigo 3º, da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e o Decreto Federal nº 9.177, de 23 de outubro de 2017, integra e operacionaliza a responsabilidade pós-consumo para fins desta Lei.

Art. 2º. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos que, por suas características, exijam ou possam exigir sistemas especiais para acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento ou destinação final, de forma a evitar danos ao meio ambiente e à saúde pública, mesmo após o consumo desses itens.

Parágrafo único. O prazo para cumprimento do que trata o caput do artigo 2º será de 180 dias a contar da publicação desta Lei.

Art. 3º. Fica inicialmente estabelecida a seguinte relação de produtos e embalagens comercializadas no Município sujeitos à logística reversa:

- I - produtos que, após o consumo, resultam em resíduos considerados de significativo impacto ambiental:
 - a) óleo lubrificante usado e contaminado e seus resíduos;
 - b) resíduos de combustíveis;
 - c) filtro de óleo lubrificante automotivo;
 - d) baterias automotivas;
 - e) pilhas e baterias portáteis e outros acumuladores de energia, bem como os produtos que contenham pilhas e baterias integradas à sua estrutura de forma não removível;
 - f) produtos eletroeletrônicos e seus componentes;



GABINETE DO PREFEITO

- g) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;
- h) pneus inservíveis;
- i) os resíduos de tintas, vernizes e solventes;
- j) embalagens de vidro não retornáveis;
- k) resíduos de medicamentos e suas embalagens;

II - As embalagens que, após o consumo do produto, são considerados resíduos de significativo impacto ambiental, tais como as de:

- a) agrotóxicos e;
- b) óleo lubrificante automotivo.

Parágrafo único. A relação de produtos contida neste artigo poderá ser alterada, a critério do órgão de controle ambiental, que fixará prazo aos responsáveis para a adequação do gerenciamento dos resíduos às disposições desta Lei.

Art. 4º. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, os consumidores de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como especiais pós-consumo de que trata esta Lei, são responsáveis por seu recolhimento, descontaminação, quando necessária e pela sua disposição final adequada, nos casos e de acordo com as normas e cronogramas estabelecidas pela legislação pertinente e normas do SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente.

§ 1º. Para o cumprimento do disposto neste artigo os fabricantes, os importadores, os distribuidores e comerciantes de produtos e embalagens que geram resíduos classificados como pós-consumo deverão estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, devendo:

I - criar centros de recepção para a coleta do resíduo reutilizável ou reciclável, devidamente sinalizado e divulgado, ficando obrigados a receber os produtos e embalagens;

II - estabelecer formas de recepção, acondicionamento, transporte, armazenamento, reciclagem, tratamento e disposição final destes produtos, visando a garantir a proteção da saúde pública e a qualidade ambiental;

III - promover campanhas educativas e de conscientização pública sobre as práticas de prevenção à poluição e os impactos ambientais negativos causados pela disposição inadequada de resíduos, bem como os benefícios da devolução dos mesmos para reciclagem e disposição final adequada destes resíduos e;

V - priorizar o sistema de gerenciamento de produtos de logística reversa ou contratar serviços de coleta e disposição final ambientalmente adequada.

§ 2º. Os consumidores deverão efetuar a devolução após o uso, aos comerciantes ou distribuidores, dos produtos e das embalagens a que se referem os incisos do caput e de outros produtos ou embalagens objeto de logística reversa.

§ 3º. Os comerciantes e distribuidores deverão efetuar a devolução aos fabricantes ou aos importadores dos produtos e embalagens reunidos ou devolvidos na forma dos §§ 1º e 2º.

§ 4º. Os fabricantes e os importadores darão destinação ambientalmente adequada aos produtos e as embalagens reunidos ou devolvidos, sendo o rejeito encaminhado para a disposição final ambientalmente adequada, na forma estabelecida pelo órgão competente do SISNAMA e pelo plano municipal de

**GABINETE DO PREFEITO**

saneamento básico quanto ao componente de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, sendo vedado o depósito de resíduos recicláveis em aterro sanitário.

Art. 5º. Cabe a Administração Municipal, a seu critério, celebrar Termos de Compromisso visando ao acompanhamento e implementação dos sistemas de logística reversa.

Art. 6º. Os sistemas de logística reversa deverão ser, preferencialmente, implementados por meio de entidade representativa do setor contemplando conjuntos de empresas, ou por pessoa jurídica criada com o objetivo de gerenciar o respectivo sistema.

§ 1º. Para o cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização pelos resíduos identificados no artigo 1º deverão instalar pontos para o recebimento dos produtos após o uso pelo consumidor, devendo encaminhá-los aos respectivos fabricantes e importadores que se responsabilizarão por lhes dar destinação ambiental adequada, nos termos da legislação vigente.

§ 2º. A destinação final de que trata o § 1º deverá ocorrer em consonância com a legislação ambiental e as normas de saúde e segurança pública, respeitando-se as vedações e restrições estabelecidas pelos órgãos públicos competentes.

Art. 8º. Caberá ao Fiscal Ambiental e Sanitário, no âmbito de suas competências funcionais, os serviços de fiscalização do cumprimento da presente Lei, autuação, notificação e aplicação de multas.

§ 1º. Os agentes fiscalizadores citados no caput agirão em caráter educativo e poderão aplicar multas imediatamente à constatação da infração ou após uma notificação no espaço de tempo de um mês.

§ 2º. Em caso de acidentes com objetos pontiagudos não acondicionados o agente fiscalizador deverá autuar imediatamente ao ocorrido.

Art. 9º. As penalidades por descumprimento da presente Lei:

- I – advertência;
- II – multa simples;
- III – multa diária.

§ 1º. A multa terá por base os valores pecuniários de R\$ 100,00 (cem reais) à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por infração, dependendo do porte da infratora e da gravidade da infração.

§ 2º. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

Art. 10º. Em caso de reincidência, o valor das multas será acrescido de 50%, podendo passar do valor máximo previsto no art. 9.

Art. 11º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Biguaçu, 27 de maio de 2020.


RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal